

A GEOLINGÜÍSTICA NO TERCEIRO MILÊNIO : MONODIMENSIONAL OU PLURIDIMENSIONAL ?

Suzana Alice Marcelino Cardoso
Universidade Federal da Bahia

Resumo : Neste trabalho procura-se fornecer uma visão dos caminhos percorridos pelos estudos dialetais e trazer uma contribuição à reflexão sobre o papel da Dialectologia no terceiro milênio, examinando-se as tendências metodológicas atuais e discutindo-se a questão referente ao tipo de variáveis que devem interessar e caracterizar os estudos geolingüísticos no momento.

Palavras-chave: Geolingüística. Atlas lingüísticos. Variação.

Abstract : This text is an attempt to review dialectological studies and to contribute to the reflections on the role of Dialectology in the third millennium. It considers the perspectives and current methodological trends, discussing the different variables which should be taken into account in geolinguistic research at the present moment.

Key-words: Geolinguistics. Linguistic Atlases. Variation.

A Dialectologia apresenta-se, no curso da história, como uma disciplina que assume por tarefa identificar, descrever e situar os diferentes usos em que uma língua se diversifica, conforme a sua distribuição espacial, sociocultural e cronológica. Dois aspectos fundamentais estão, pois, na sua gênese: o reconhecimento das diferenças ou das igualdades que a língua reflete e o estabelecimento das relações entre as diversas manifestações lingüísticas documentadas ou entre elas e a ausência de dados registrados, circunscritos a espaços e realidades pré-fixados.

Estudando a língua, instrumento responsável pelas relações sociais que se documentam entre membros de uma coletividade ou entre povos, a Dialectologia não pôde deixar passar ao largo a consideração de fatores extralingüísticos, inerentes aos falantes, nem relegar o reconhecimento de suas implicações nos atos de fala. Dessa forma, idade, gênero, escolaridade e características gerais de cunho sociocultural dos usuários das línguas consideradas tornam-se elementos de investigação, convivendo com a busca de identificação de áreas geograficamente definidas do ponto de vista dialetal.

São, assim, duas diretrizes, dois caminhos, no exame do fenômeno lingüístico, que se identificam nos estudos dialetais: a perspectiva diatópica e o enfoque sociolingüístico. Examinar como se tem posto a teoria e como se tem revelado a prática, no que diz respeito a essas duas formas de tratar os fatos no que concerne aos estudos dialetais constitui-se o objeto deste trabalho que se inicia apresentando considerações de natureza diatópica para, a seguir, examinar aspectos com implicação sociolingüística e concluir com uma visão do que vem sucedendo aos estudos geolingüísticos no Brasil.

A PERSPECTIVA DIATÓPICA

Em 1967, Rossi afirma que “o fato apurado num ponto geográfico ou numa área geográfica só ganha luz, força e sentido documentais na medida em que se preste ao confronto com o fato correspondente — ainda que por ausência — em outro ponto ou outra área” (p.88-89).

Da afirmação posta em relevo depreende-se que a Dialectologia busca, prioritariamente, estabelecer relações entre modalidades de uso de uma língua ou de várias línguas, seja pela identificação dos mesmos fatos, seja pelo confronto presença/ausência de fenômenos considerados em diferentes áreas. Esse objetivo faz com que a Dialectologia se torne, de início, a ciência da variação espacial, como a descreve Coseriu (1965, 1982), da delimitação dos espaços, do reconhecimento de áreas dialetais, contribuindo para uma visão de dialeto que extirpe preconceitos e seja desprovida de estigmatização, excluindo da denominação “conotações extra-lingüísticas, que oscilam entre o politicamente depreciativo e o culturalmente hierarquizante” (ROSSI, 1969, p. 87).

Se, até a segunda metade do século XIX, as descrições de áreas dialetais eram “intuitivas e fortuitas [...] inadequadas diante dos grandes avanços da filologia e de outros estudos das línguas”¹ (CHAMBERS; TRUDGILL, 1994, p. 37), os finais desse mesmo século assistem ao desenvolvimento de princípios metodológicos que vão forjar a Geografia Lingüística, surgida “como resposta a uma afirmação teórica dos neogramáticos” (p. 38).² Firma-se, assim, a Geografia Lingüística como método por excelência da Dialectologia e vai se incumbir de recolher de forma sistemática o testemunho das diferentes realidades dialetais refletidas nos espaços considerados.

Se as diferenças espaciais ganham destaque em relação às demais é porque, na realidade dos fatos, as evidências de aproximação ou distanciamento dos fenômenos assumem expressão de maior nitidez e de mais fácil percepção nos espaços físicos, portanto geográficos. Tal visão conduziu a que os estudos geolingüísticos aflorassem em todos os continentes e apresentassem um continuado e crescente desenvolvimento, o que explica a expansão de projetos que levaram à construção de atlas lingüísticos com diferenciadas visões espaciais.

A preocupação diatópica, seja porque os homens se situam, inevitavelmente, nos espaços geofísicos, seja porque as línguas e as suas variedades, pelas implicações culturais a que estão sujeitas e que indubitavelmente as refletem, têm um território próprio, ou seja, ainda, porque o homem é indissociável no seu **existir** e no seu **agir**, no seu **ser** e no seu **fazer**, tem sido uma constante nos estudos dialetais e desde os seus primórdios.

Os primeiros estudos classificados como de cunho dialetal buscam retratar diferenças espaciais. O interesse pelo conhecimento da realidade lingüística inserida no espaço físico levou a que se desenvolvessem trabalhos com a finalidade de descrever áreas e de apontar a realidade lingüística de um território politicamente definido. Foi esse o objetivo das primeiras investidas no campo da Dialectologia, como demonstra a iniciativa do Ministério do Interior na França — para ficar em apenas um exemplo ilustrativo —, em 1897, que realiza inquérito por correspondência, sob a responsabilidade principal de

¹ “intuitivas y fortuitas [...] inadequadas frente a los enormes avances de la filología y otros estudios de las lenguas.”

² “como respuesta a una afirmación teórica de los Neogramáticos”, afirmação, como citam, assim formulada: *Ausnahmslosigkeit der Lautgesetze*, isto é, “os caminhos fonéticos não admitem exceções”.

Charles-Etienne Coquebert de Montbret, para recolher versões da Parábola do Filho Pródigo em cem diferentes *patois*, quase todos na França, cujos resultados se destinavam ao estabelecimento do perfil da língua francesa como língua materna, delineando-se os espaços por ela ocupados e demarcando-se os limites lingüísticos ao interior do país.

A abordagem do espaço físico, porém, tem sido orientada por enfoques diversificados: ora pelo mais geral, ora pelo regional e particularizante, ora assumindo amplitudes maiores e sob perspectivas distintas, o que levou Alinei (1994, p. 21) a afirmar, de referência à tipologia dos atlas lingüísticos, que “Se se classificam todos os atlas lingüísticos até agora publicados com base na área que recobrem, a partir do *Atlas Linguistique de la France (ALF)* de Gilliéron, de 1903, registram-se quatro tipos de atlas, do menor ao maior: (i) regionais, (ii) nacionais, (iii) de grupo lingüístico, (iv) continentais”.³ O caminho seguido não foi, porém, sistemático, isto é, do regional ao continental, partindo do mais restrito ao mais amplo. A Geografia Lingüística apresenta no seu percurso histórico o que Alinei (1994, p. 21) chama de um movimento contraditório, explicando que “não se começou da área menor para caminhar-se na direção da maior, mas se começou pela de maior extensão, seguindo-se na direção de áreas menores”.⁴ O *ALF*, que inaugura a aplicação do método geolingüístico na sua plenitude, é um atlas nacional, que recobre todo um país, circunscrevendo-se a seus limites geopolíticos. Idêntica preocupação, ainda que sem lograr atingir o êxito que viria alcançar Gilliéron com a sua obra, teve Wenker ao empreender a recolha de dados da Alemanha. Começa-se, assim, com a busca da realidade nacional, entendida como a descrição lingüística de área que, geográfica e politicamente, se reveste de unidade. As fronteiras para um atlas dessa natureza são fronteiras estritamente políticas, o que faz com que “a descrição dos dialetos pare, artificialmente, por aí, ainda que na maioria dos casos os dialetos ultrapassem tais limites” (ALINEI, 1994, p. 22).⁵

A necessidade de aprofundar o conhecimento propiciado pelos atlas nacionais motivou o aparecimento de atlas regionais que, como a própria denominação explicita, se destinam ao exame de áreas menores, buscando detalhar o conhecimento de regiões específicas, de modo que “Aquela que deveria ter sido a primeira geração dos atlas, isto é, os regionais, na verdade foi a segunda” (ALINEI, 1994, p. 21).⁶ Com o passar do tempo, os dialectólogos foram despertados para um aspecto fundamental e de repercussões profundas na pesquisa dialetal: as malhas das redes nacionais de pontos, pela natureza da sua densidade, deixaram ao largo fatos lingüísticos relevantes, não incluindo pontos capazes de fornecer dados de substancial importância. Tal tomada de consciência fez caminhar-se no sentido da elaboração de atlas regionais, para cujo significado chama a atenção Contini (1994, p. 98):

³ “Se si classificano tutti gli atlanti linguistici finora pubblicati sulla base delle loro aree, a partire dall’ALF di Gillieron del 1903, si ottengono quattro tipi di atlanti, dal più piccolo al più grande: (i) regionali, (ii) nazionali, (iii) di gruppo lingüístico, (iv) continentali.”

⁴ “non si è cominciato con l’area più piccola per procedere verso la più grande, ma si è cominciato con la meno piccola per procedere poi all’indietro verso la più piccola.”

⁵ “la descrizione dei dialetti si fermi, artificialmente, ad esse, anche se nella maggioranza dei casi i dialetti continuano al di là.”

⁶ “Quella che avrebbe dovuto essere la prima generazione degli atlanti, cioè quelli regionali, in realtà è stata la seconda.”

Foi uma orientação sábia que permitiu, sem dúvida, salvar do esquecimento um patrimônio lingüístico muitas vezes condenado a desaparecer em prazo muito curto. E, mais uma vez, o exemplo da França que, por iniciativa do CNRS, se lança, nos anos 50, no Projeto do Nouvel Atlas Linguistique de la France par Régions, foi seguido por outros países românicos (em particular, a România, a Espanha e a Itália).⁷

Conhecida a realidade regional e tendo-se chegado a uma visão nacional, fez-se necessário um conhecimento mais amplo da realidade lingüística, em termos de distribuição geográfica. Isso conduziu a que se pensasse em atlas continentais, o primeiro dos quais — e único até agora — se concretiza com o *ALE*, iniciado nos começos dos anos 70, projeto a que Contini (1994, p. 98) se refere como “o nascimento do maior projeto de geolingüística **jamais empreendido**”.(grifo nosso)⁸. A importância do *ALE* está não apenas na metodologia de enfoque dialetal que introduz com a intercomparação de dados entre línguas as mais diversas, mas também numa redefinição de políticas de abordagem das línguas.

Vencidos os espaços, uma questão ainda se põe: a macrovisão continental conduz, inexoravelmente, a microvisões, reflexo dos dados que exibem afinidades e diversidades entre os usos documentados e que vão revelar tendências e características de grupos de línguas, identificadas como famílias lingüísticas. Essa realidade põe em relevo a necessidade de descreverem-se famílias de línguas, demarcando os seus espaços políticos, mas não se circunscrevendo a eles, e procurando, antes, traçar o perfil espacial do domínio da família considerada. É o que se propõem os atlas de famílias de línguas que podem ser ilustrados com o *Atlas Linguistique Roman (AliR)*.

Ao se completarem 100 anos da publicação do *ALF*, vê-se, no panorama universal, a atualidade e importância dos estudos geolingüísticos seja qual for a amplitude do atlas que se produza. A contemporaneidade assiste, assim, à convivência de atlas de quatro tipos — regional, nacional, continental e de família de línguas —, como que a mostrar que há lugar para todo tipo de investigação, porque cada uma delas, na perspectiva em que se propõe focalizar a realidade, está dando a conhecer fenômenos e fatos lingüísticos capazes de melhor contribuir para o conhecimento da(s) língua(s) considerada(s). Mas testemunha, por outro lado, que “A exclusividade da dimensão diatópica que caracteriza os precursores francesas e ítalo-helvéticos se mantem nos mais recentes atlas regionais, nacionais e

⁷ Ce fut une orientation sage qui a permis sans doute de sauver de l’oubli un patrimoine linguistique souvent condamné à disparaître dans des délais très brefs. Et encore une fois, l’exemple de la France qui, à l’initiative du CNRS, se lance, dès les années 50, dans le projet du *Nouvel Atlas Linguistique de la France par Régions* fut suivi par d’autres pays romans (en particulier, la Roumanie, l’Espagne et l’Italie).

⁸ “la naissance du plus gran projet de géolinguistique **jamais entrepris**” (grifo nosso).

internacionais da România” (THUN, 2000b, p. 407)⁹ se complementa com uma nova geolingüística que “se caracteriza pelo alargamento do seu campo de observação e por um trabalho em profundidade mais desenvolvido” (p. 407).¹⁰ Essa Geolingüística pluridimensional, que se consolida ao final do século XX, vai ocupar-se do controle sistemático de variáveis sociais, mas terá que administrar, competentemente, a pluralidade de dados a ser cartografada.

OS VEIOS SOCIOLINGÜÍSTICOS

Se a intenção de localizar os fatos lingüísticos nos espaços geopolíticos é uma constante na história dos estudos dialetais, a preocupação com as características sociais dos informantes e as suas implicações no uso que fazem da língua não tem passado à margem dos objetivos da Dialectologia e, especificamente, da Geografia Lingüística.

Fatores sociais — idade, gênero, escolaridade, profissão — têm-se constituído em aspectos da variação que, de forma diferenciada e com graus distintos de focalização, vêm ocupando lugar nos estudos dialetais, especificamente naqueles que se desenvolvem sob a metodologia geolingüística.

VARIAÇÃO DIAGERACIONAL

A preocupação com a idade dos informantes já aparece em Rousselot, que, em 1891, chamava a atenção para o fato de que “O conhecimento da idade dos falantes observados é indispensável para que se possam comparar as divergências existentes entre o falar dos jovens e aquele dos idosos, e determinar o seu ponto de origem” (apud POP, 1950, p. 43).¹¹ Pouco tempo depois, 1910, Millardet elege informantes de várias idades para “registrar ao vivo, no mesmo país, na mesma família, diferentes etapas de uma transformação lingüística” (apud POP, 1950, p. 325).¹²

Nesse interregno, Gilliéron apresenta, selecionados pelo seu documentador Edmond Edmont, um conjunto de informantes cuja idade se estende dos 15 aos 85 anos (POP, 1950, p. 129), sem, no entanto, trazer a sua identificação nas cartas lingüísticas.

Entre 1910 e 1922, Terracini produz uma série de estudos revelando explícita preocupação com os fatores sociais, como destaca Pop (1950, p. 197). Menciona as diferenças etárias, propondo-se demonstrar com seus estudos “as diferenças lingüísticas que existem entre os falares das diversas gerações, da mesma forma como as que se revelam

⁹ “L’exclusivité de la dimension diatopique qui caractérise les précurseurs français et italo-helvétiques se maintient jusque dans les plus récents atlas régionaux, nationaux e internationaux de la România.”

¹⁰ “se caractérise par l’élargissement de son champ d’observation et par un travail en profondeur plus poussé.”

¹¹ “La connaissance de l’âge des sujets observés est indispensable afin de pouvoir comparer les divergences existant entre le parler des jeunes et celui des vieillards, et déterminer leur point de départ.”

¹² “saisir sur le vif, dans le même pays, la même famille, différentes étapes d’une transformation linguistique.”

entre diferentes aglomerações de uma mesma região submetida a exame” (POP, 1950, p. 198).¹³

A importância da variação etária é também assinalada por Gardette, que destaca a conveniência de serem ouvidos vários informantes simultaneamente e em cada inquérito, assinalando que esse comportamento metodológico “permite documentar ao vivo as diferenças que separam gerações e por vezes os pequenos povoados de um mesmo município” (apud POP, 1950, p. 217).¹⁴

É, porém, o *Linguistic Atlas of New England (LANE)* que vai trazer, pela primeira vez, o controle etário com a documentação sistemática de informantes mais velhos e de meia idade.

Reconhecida a importância da variação etária, não logrou, porém, ser ela contemplada, de forma ampla, pela cartografia lingüística desde os seus começos. Foi preciso chegar-se ao final do século XX para se vir a dispor de cartas que documentem os fatos de língua relacionados e identificados com informantes selecionados segundo a faixa etária. Exemplo desse recurso metodológico é-nos fornecido pelo *Atlas Lingüístico Diatópico y Diastrático del Uruguay (ADDU)*, que, explorando o caráter pluridimensional das informações, cartografa resultados obtidos segundo a faixa etária dos informantes e oferece a possibilidade de relacionar-se esta com as demais variáveis consideradas.

VARIAÇÃO DIAGENÉRICA

O gênero, assim como se comprova em relação à variação diageracional, se constitui, também, em preocupação e interesse dos dialectólogos desde os primórdios dos estudos dialetais, o que conduziu a que os usos lingüísticos de homens e mulheres se tornassem objeto de documentação. É o que se vê no *ALF* que, embora em proporção pouco significativa para as mulheres — 60 informantes do gênero feminino num total de cerca de 700 dos que foram inquiridos —, documenta mulheres e faz delas, em 52 localidades, o informante principal (POP, 1950, p. 128). Interpretação do seu papel faz Gauchat, já em 1905, ao proceder à comparação entre a pronúncia dos homens e a das mulheres, vindo a declarar, a propósito de casos de inovação registrados na linguagem feminina, que

Uma vez que a mulher aceitou a inovação, é do seu uso que passará à linguagem da juventude, porque as crianças seguem, principalmente, o exemplo das mulheres que passam muito mais tempo em casa, em sociedade, a cozinhar, a lavar, e que falam mais do que os homens, envolvidos com o trabalho do campo, no

¹³ “les différences linguistiques qui existent entre les parlars de diverses générations, de même que celles que se révèlent entre les différentes agglomérations de la région soumise à l’examen.”

¹⁴ “[...]permet de saisir sur le vif les différences qui séparent les générations et quelquefois les hameaux d’une même commune.”

meio dos quais se apresentam taciturnos e muitas vezes isolados durante toda a jornada. (apud POP, 1950, p. 194)¹⁵

E completa o seu pensamento com uma afirmação reveladora do que pensa do papel das mulheres na constituição das línguas: “não se fala, sem razão, de teto paterno, mas de língua materna” (apud POP, 1950, p. 194).¹⁶

Referindo-se ao falar das mulheres, Jud e Jaberg, que incluem entre os informantes do *Atlas linguistique et Ethnographique de l'Italie et de la Suisse Méridionale (AIS)* “une quarantaine de femmes”, constatam, como afirma Pop (1950, p. 578-579), que na Itália as mulheres conservam melhor o falar da sua área, porque quase nunca mudam de lugar.

Há, como se observa desses exemplos ilustrativos e em outros que podem ser colhidos em todo o curso da história dos estudos dialetais, não só a inclusão de mulheres, ao lado de homens, como informantes, mas também se investe na interpretação dos fatos lingüísticos que marcam a sua fala. O que falta, porém, à tradição dialetológica é o controle cartográfico dessa variável, o que levou Thun (2000a, p. 375), a reunir os atlas lingüísticos em três grupos — “potencialmente pluridimensional, parcialmente pluridimensional e sistematicamente pluridimensional”¹⁷. Exemplo do exercício desse controle é também fornecido pelo ADDU (2000) que agrega a informações diatópica, diastrática e diageracional o controle diagenérico.

VARIAÇÃO DIASTRÁTICA

Ao tratar da escolha dos informantes, entre os critérios que deveriam ser levados em consideração, o Abbé Rousselot atribuía importância à condição social por reconhecer poderem existir, em um mesmo lugar, dois usos diferenciados “o do povo e o dos senhores”¹⁸ (apud POP, 1950, p. 43), acrescentando que

*É preciso ter cuidado para não os confundir. O “patois” dos senhores dá explicação para certas anomalias que se encontram na linguagem do povo, mostra, também, de que lado vêm as influências estrangeiras que atuam sobre os “patois”. Mas ele não é o “patois” do país.*¹⁹

¹⁵ “Une fois que la femme a accepté l’innovation, c’est de son langage que celle-ci passera dans le langage de la jeunesse, parce que les enfants suivent plutôt l’exemple des femmes, qui passent beaucoup plus de temps à la maison, en société, à cuisiner, à laver et qui parlent plus que les hommes, pris par les travaux de la campagne, au milieu desquels on les voit taciturnes, et souvent isolés toute la journée.”

¹⁶ “on ne parle pas sans raison du toit paternel, mais de la langue maternelle.”

¹⁷ “potentiellement pluridimensionnel, partiellement pluridimensionnel et systématiquement pluridimensionnel.”

¹⁸ “celui du peuple et celui des messieurs”.

¹⁹ “Il faut bien se garder de les confondre. Le patois des messieurs donne l’explications de certains anomalies qui se rencontrent dans le langage du peuple; il montre aussi de quel côté viennent les influences étrangères qui agissent sur les patois. Mais il n’est pas le patois du pays.”

Não há, para esse caso, uma referência direta ao grau de instrução, mas a menção a classes sociais distintas, às quais se relacionam usos diferenciados da língua, deixa ver que a variação diastrática se fazia reconhecida e considerada.

Por essa mesma época, se realizavam os inquéritos para o *ALF*. Sobre a categoria social dos informantes do empreendimento de Gilliéron, Pop (1950, p. 126) declara que “Nós estamos mal informados sobre o grau de instrução dos informantes”.²⁰ Reconhece, porém, que pode agrupá-los em duas categorias: “1° Pessoas cuja ocupação supõe uma instrução secundária; 2° Pessoas cuja ocupação poderia indicar apenas uma instrução primária” (p. 126).²¹

No primeiro grupo, considera pessoas que tiveram uma boa instrução, os intelectuais das localidades investigadas (POP, 1950, p. 126). Sobre os informantes da categoria “intelectuais”, Pop (1950, p. 126) emite o seguinte juízo: “considerados por quase todos os inquiridores contemporâneos como maus informantes”.²² Pensamento similar encontra-se em Scheuermeier (apud POP, 1059, p.577), que considera que os intelectuais informantes controvertidos, e reconhece a boa qualidade dos informantes rurais.

No segundo grupo, situa pessoas que a julgar da ocupação que exercem, não devem ter uma instrução superior” (POP, 1952, p. 127).

Se a classificação dos informantes segundo o gênero ou a idade não oferece dificuldades e se apresenta como um procedimento simples, a classificação social é uma noção complexa que tem levado à identificação dos usuários da língua segundo “fatores tais como trabalho, renda familiar, educação e habitação”²³ (CHAMBERS; TRUDGILL, 1994, p. 87). As duas referências inicialmente feitas — ao Abbé Rousselot e a Gilliéron — são exemplos, dos inícios dos estudos sistemáticos no campo da Dialectologia, que exibem diferentes formas de focar o aspecto social. Vê-se que, para o primeiro caso, foi a referência à classe social — *messieurs* e *peuple* — o elemento definidor, enquanto para o segundo, a profissão e as condições do seu exercício. — “occupation [que] suppose une instruction secondaire” e “occupation [que] pourrait indiquer seulement une instruction élémentaire”.

Inovação sistemática na seleção de informantes é trazida à história da Dialectologia pelo *LANE* com um corpo de informantes que, embora tenha a sua escolha confiada aos inquiridores, foi selecionado segundo critérios pré-estabelecidos. Assim, e segundo vem descrito em Pop (1950, p. 922), em quase todas as localidades foi inquirida uma pessoa proveniente “da classe baixa, que era muitas vezes melhor conhecedora do verdadeiro falar do país”;²⁴ um segundo informante de idade mediana e de instrução escolar superior em relação aos do primeiro grupo foi registrado em “quatre cinquième des localités”; e em 38

²⁰ “Nous sommes mal renseignés sur le degré d’instruction des informateurs.”

²¹ “1° Personnes dont l’occupation suppose une instruction secondaire; 2° Personnes dont l’occupation pourrait indiquer seulement une instruction élémentaire.”

²² “considérés par presque tous les enquêteurs contemporains comme de mauvais informateurs.”

²³ “factores tales como trabajo, ingresos, educación y vivienda.”

²⁴ “bas peuple, qui était souvent assez agée pour bien connaître le vrai parler du pays.”

localidades foi interrogado um terceiro informante, com instrução escolar superior, tipo identificado como intelectual. Reconhece Pop (1950, p. 922) que “Com este procedimento, Hans Kurath realizou a primeira tentativa de dar, de forma ampla, indicações mais precisas sobre o aspecto social da linguagem”.²⁵

Ilustra, na atualidade, o tratamento sistemático dessa variável o *ADDU*, que mantém sob controle cartográfico duas categorias socioculturais: “grupos socioculturalmente altos” e “grupos socioculturalmente baixos” (*ADDU*, 2000, p.6), distribuídos, cada um deles, em duas faixas etárias.

VARIAÇÃO DIAFÁSICA

Ao chamar a atenção para o fato de que o melhor meio de documentar uma língua é registrar “a conversa face-a-face com parentes ou amigos”²⁶ (apud POP, 1950, p. 42), o Abbé Rousselot demonstrava ter muito clara a idéia de que o comportamento de um mesmo informante é idêntico em situações diferenciadas e de que determinados tipos de elocução se apresentam mais espontâneos e, por isso, permitem “fazer observações mais profundas, recolher fatos mais curiosos, penetrar nos segredos da sintaxe” (apud POP, 1950, p. 42).²⁷ Isso significa dizer que o ato de fala está intrinsecamente vinculado ao momento de sua realização, à situação em que é produzido, à postura do falante em relação ao instante da elocução e ao tipo de uso que faz da língua — resposta a perguntas dirigidas, exposição de fatos, narrativa, leitura, etc.

Tal entendimento fez com que a investigação dialetal recorresse, no curso de sua história, a formas diferenciadas de recolha de dados. Assim, ao lado dos sistemáticos questionários aplicados, base da quase totalidade dos trabalhos de Dialectologia, o registro de conversa espontânea, de variada natureza, sempre se constituiu em comportamento metodológico de uso generalizado. Acrescente-se, ainda, como técnica de apuração da variação diafásica, a leitura de textos adrede selecionados, pois, como se vê afirmado no *ADDU* (2000, p. 11), “toda fala é *fásica*, isto é, se realiza dentro de um estilo e enquanto houver situações comunicativas e intenções expressivas diferentes, haverá variação fásica, o que significa dizer que sempre existe para o falante a possibilidade de selecionar entre vários registros”.²⁸

Mais uma vez, recorro ao *ADDU* (2000, p.11) para ilustrar o tratamento dado a esse tipo de variação:

A variação diafásica se apresenta, por conseguinte, como mais elementar do que os demais tipos de variação e exatamente por

²⁵ “Par ce procédé, Hans Kurath a réalisé la première tentative de donner, sur une grande échelle, des indications plus précises sur l’aspect social du langage.”

²⁶ “la conversation tête-à-tête avec des parents ou des amis.”

²⁷ “faire les observations les plus profondes, recueillir les faits plus curieux, pénétrer dans les secrets de la syntaxe.”

²⁸ “toda habla es fásica, es decir, se realiza dentro de un estilo y que en tanto haya situaciones comunicativas e intenciones expresivas diferentes, habrá variación diafásica, lo que quiere decir que siempre existe para el hablante la posibilidad de seleccionar entre varios registros.”

esta razão geral é digna de ser estudada pela dialectologia, ciência da variação lingüística. [...] Levar em consideração a variação diafásica significa poder seguir com mais precisão os caminhos da propagação de uma inovação e, simultaneamente, os processos de fixação ou de repulsa da inovação”²⁹

Com esse entendimento, o *ADDU* apresenta, cartograficamente, o resultado obtido segundo os diferentes estilos considerados — leitura, respostas ao questionário, conversa livre — em mapas plurifásicos, nos quais figuram, relacionados à variação diafásica, os percentuais de ocorrência relativos ao fenômeno considerado e para cada uma das modalidades documentadas, focalizando “a variação diafásica como tal e a correlação da variação diafásica com as dimensões diastrática, diageracional e diatópica” (p. 11).³⁰ Tal controle permite não só exibir em que tipo de texto se apresenta o fenômeno em causa, mas também indica o índice de ocorrência, o que propicia avaliar a natureza dos fatos e as características de sua utilização.

COMO SE PÕEM A TEORIA E A PRÁXIS

Diante do quadro esboçado e considerando-se o tratamento que todas essas variáveis vêm apresentando no curso da história dos estudos dialetais e, sobretudo, desde os seus começos, haveria de exclamar-se com o *Eclesiastes* (Prólogo, 9): “Nihil sub sole novum”! E isso poderá ser verdade, ou melhor, conter duas — se é que “verdade” se pluraliza — verdades: não há novidade, pois os fatos considerados foram percebidos desde os primórdios dos estudos dialetais, e os primeiros dialectólogos tiveram sensibilidade para tais aspectos; há novidade, sim, porque o enfoque que essas variáveis recebem e o tratamento a que são submetidas apresentam uma roupagem nova, diferenciada e revestida de atualidade.

A “primeira verdade” é inconteste: não é descoberta da modernidade o reconhecimento das implicações sociais na língua falada por cada usuário.

Em contrapartida, a “segunda verdade”, também, não comporta restrições nem carece de validade. O controle sistemático de variáveis sociais e de suas implicações no comportamento lingüístico dos usuários de toda e qualquer língua tem sido feito com rigor na atualidade, sobretudo depois que Labov (1983, 1994) estabelece princípios que regem essas relações, encontra os veios do comprometimento recíproco — língua e sociedade — e submete à precisão do tratamento numérico os processos responsáveis por tais relações. A Dialectologia e especificamente os estudos geolingüísticos deixam de apresentar-se numa visão predominantemente diatópica e passam a exibir, também cartograficamente, dados de

²⁹ “La variación diafásica se presenta, por consiguiente, como más elemental que los demás tipos de variación y ya por esta razón general es digna de ser estudiada por la dialectología, ciencia de la variación lingüística. [...] Tomar en consideración la variación diafásica significa poder seguir con más precisión los caminos de la propagación de una innovación y, simultáneamente, los procesos de habituación o de rechazo de la innovación.”

³⁰ “la variación diafásica como tal y la correlación de la variación diafásica con las dimensiones diastrática, diageracional y diatópica.”

natureza social. Isso vem mostrar, ainda, que a uniformidade diatópica pode sofrer desdobramentos sem, contudo, perder a sua inteireza e a sua integridade. E aí estaria “o novo”, a novidade não encontrada em tempos pretéritos nem amplamente explorada, como se verifica hoje — à diversidade de espaços físicos e geopolíticos junta-se a consideração dos parâmetros diagenérico, diageracional, diastrático, diafásico, dia-referencial ou nas especificações da diatopia, diatópico-topoestático, diatópico-topodinâmico, e de outros mais a que se pode e possa chegar.

A justificativa para essa redefinição de prioridades tem base não apenas lingüística, mas também sociohistórica e política. Do ponto de vista lingüístico, o esquadramento da estrutura das línguas naturais levou ao conhecimento detalhado dos elementos que as constituem, das estruturas segundo as quais se organizam, das relações históricas que entre grupos se estabelecem, dos processos que marcam o seu funcionamento. Do ponto de vista sociohistórico e político, verifica-se que o mundo vem passando — como, aliás, sempre passou — por profundas e sucessivas transformações que lhe oferecem nova configuração e novo perfil. Se se pensa na realidade atual e se procura relacioná-la ao passado, verifica-se um conjunto de mudanças e transformações que ocorrem em todas as regiões, ainda que ora mais intensamente ora mais brandamente conforme a área e as injunções históricas e políticas que sobre elas atuam. Procurando ilustrar com a realidade brasileira o que acabo de mencionar, verifica-se que as transformações sofridas pelo Brasil em, por exemplo, um século permitem considerações que, necessariamente, conduzem ao reconhecimento de implicações que delas decorrem para o português brasileiro. O Brasil era, no começo do século XX, um país eminentemente da ruralidade, com uma população pouco adensada, mas situada, na sua grande maioria — dados dos meados do século XX referem-se a dois terços —, na área rural. A inversão dos percentuais numéricos, na atualidade, mostra que uma nova configuração demográfica se constata e aponta para fatores os mais diversos para explicá-la. Os meios de comunicação — rádio, televisão, telefone — tinham um perfil muito tímido, cujos dados não vêm sequer registrados nas estatísticas da primeira metade do século XX. A extensão da rede de estradas de ferro em tráfego e as rodovias tinham um traçado reduzido, refletido com mais intensidade ainda na navegação marítima e fluvial e nas empresas aéreas civis. O grau de mobilidade do cidadão, *ipso facto*, era muito pequeno, e o isolamento, maior ou menor, se constituía numa tônica da vida do país. Ora, esse perfil do Brasil mudou e não é preciso recorrer a fontes documentais para tomar-se conhecimento do que se vem passando: os centros urbanos superpovoaram-se; as estradas, de toda natureza, cruzam o território nacional nas mais variadas direções; a inter-relação entre os diferentes estratos socioculturais se fez mais efetiva; os meios de comunicação alargam-se e alastram-se por todo o território nacional.

Por outro lado, a mobilidade de alguns indivíduos em contraposição ao caráter sedentário de outros aponta para uma nova gama de características lingüísticas que podem incidir sobre o falante, já muito apropriadamente testadas pelo *ADDU* e descritas por Thun (1996) em trabalho no qual se ocupa amplamente com exemplificação do atlas uruguaio.

Os parâmetros que regem, assim, a escolha e o perfil de informantes passam a se revestir de uma multiplicidade de aspectos, pondo em destaque um complexo rol de variáveis a considerar. O falante é visto como um ser geograficamente situado, mas socialmente comprometido e em múltiplas direções. Os instrumentos de recolha de dados, por sua vez, vão se tornando capazes de captar a variação nas suas diferentes

manifestações. Os questionários se diversificam; a natureza do interrogatório, da inquirição, atinge alto grau de especificidade; as formas de registro de dados captam não apenas a emissão, mas também as condições de que se reveste o ato de fala naquele momento, permitindo amplas considerações de ordem pragmática.

Põe-se, porém, diante da nova realidade, uma questão no que diz respeito à indicação cartográfica dos resultados com tal diferenciação de dados. O volume de informações que deve ser cartografado levou Thun (2000b, p. 408) a chamar a atenção para o fato, ao afirmar que “A geolinguística pluridimensional deve pensar em uma organização inteligente e racional da grande quantidade de dados que recolhe”.³¹ Dois pontos, portanto, se destacam nesse novo momento: a organização inteligente e a organização racional.

A moderna cartografia tende, pois, a descobrir caminhos que permitam não só apresentar os dados coletados, mas a interpretá-los. Na perspectiva de confronto e correlação de informações, as cartas pluridimensionais permitem o cruzamento de variáveis e exibem resultados que mostram o comportamento de cada uma delas. Significa dizer que se pode associar à distribuição diatópica a presença maior ou menor de ocorrência do fenômeno segundo o uso documentado, seja por classes socialmente distintas, seja por falantes de gênero e de idade diferenciados, seja por tipo de texto. Por outro lado, surgem cartas interpretativas e cartas motivacionais, estas últimas apontadas por Alinei (1994, p. 24) como “A inovação mais importante trazida pelo *ALE*”.³²

A tipologia de cartas lingüísticas com a qual nos defrontamos na atualidade exige uma, também, especificidade na definição de informantes, ou por outra, as diversas categorias de informantes registradas por um trabalho geolinguístico passam a exigir um outro processo de representação cartográfica. Assim, escolaridade, gênero, faixa etária, variáveis mantidas sob controle na seleção e documentação de informantes, conduzem a uma necessária representação nas cartas lingüísticas. Se antes a prioridade estava para informantes de pouca ou nenhuma instrução formal, geralmente mais avançados em idade e arraigados à sua terra, o entendimento das relações língua-fatores sociais-espacos geográficos passou a exigir uma diversidade maior de usuários da língua a ser considerada. Já não são prioritários, hoje, os informantes mais idosos, analfabetos e de origem rural; passam a interessar, nas mesmas proporções, informantes urbanos, com maior grau de escolaridade, de diversificadas faixas etárias e já não apenas o sedentário, mas também aquele que se desloca, que transfere a sua residência e que apresenta certa mobilidade.

A essa nova visão relativa à natureza dos dados a serem coletados — o que implica uma outra diretriz no tocante às variáveis sociais e geográficas — está integrada, também, uma nova concepção dos instrumentos de pesquisa de campo e de publicação de resultados. Assim, os questionários lingüísticos apresentam-se diversificados e recobrimdo diferentes níveis de abordagem da língua — fonético-fonológico, morfossintático, semântico-lexical, prosódico, pragmático-discursivo. A coleta de dados passa a ser feita segundo padrões técnicos mais eficientes, permitindo a publicação de resultados sob diferenciada forma — desde as tradicionais cartas lingüísticas aos dados passíveis de serem alcançados por meios

³¹ “La géolinguistique pluridimensionnelle doit penser a une organisation intelligente et rationnelle de l’énorme masse de données qu’elle recueille.”

³² “L’innovazione più importante apportata dall’ALE.”

eletrônicos. A Geolingüística está multifacetada e comprometida com um amplo rol de variáveis.

A GEOLINGÜÍSTICA NO BRASIL : MONODIMENSIONAL OU PLURIDIMENSIONAL ?

O Brasil conta, na atualidade, com atlas de cinco regiões — *Atlas Prévio dos Falares Baianos (APFB)*, *Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais (EALMG)*, *Atlas Lingüístico da Paraíba (ALPB)*, *Atlas Lingüístico de Sergipe (ALS)* e *Atlas Lingüístico do Paraná (ALPR)* —, aqui citados por ordem de publicação, produzidos em épocas distintas e segundo metodologias também diferenciadas. Assim, e no que concerne ao controle de variáveis não só diatópicas como sociolingüísticas, os resultados cartografados refletem procedimentos distintos. Dois deles, o *EALMG* e o *ALPB* não trazem a identificação, na própria carta, de cada um dos informantes considerados; o *APFB* mantém o controle de informantes, identificando-os após cada resposta, com letras que permitem, a partir da consulta às páginas introdutórias ao atlas, delinear o perfil de cada um. O controle de variável não diatópica vem aparecer, sistematicamente, no *ALS* e no *ALPR* que trazem, agregada a cada resposta cartografada, a identificação do informante de forma a permitir um imediato reconhecimento da variação de gênero que se esboça. Esse fato levou Thun (2000a, p. 375), ao se referir a atlas pluridimensionais, a comentar, que “Os primeiros representantes de um atlas lingüístico sistematicamente pluridimensional são o *Atlas Lingüístico de Sergipe* [...] o microatlas araniano integrante da monografia de Otto Wilkelmann (1989) e o *Atlas Lingüístico do Paraná*”,³³ informando que os dois atlas brasileiros acrescentam à dimensão diatópica “la variable diasexuelle”. Aos dois atlas brasileiros referidos por Thun, acrescenta-se, presentemente e por fornecer, cartografados, dados de cunho sociolingüístico, o *Atlas Lingüístico de Sergipe II*. De caráter nacional, desenvolve-se, presentemente, projeto amplo, o *Projeto Atlas Lingüístico do Brasil (Projeto AliB)*, que tem estabelecida na sua metodologia perseguir variáveis outras, que não a diatópica, buscando a inclusão de novos parâmetros : o diageracional, o diagenérico ou diassexual, o diastrático, o diafásico e o diareferencial. Para isso, o AliB tem na composição do seu corpo de informantes, homens e mulheres que se distribuem por duas faixas etárias — 18 a 30 anos e 50 a 65 anos —, que, nos pontos da rede referentes a capitais de Estado, se agrupam em dois níveis de escolaridade — da 1ª à 4ª série do ensino fundamental e de nível universitário —, permitindo, assim, uma visão diastrática dos fenômenos considerados. A esses aspectos distintivos acrescentam-se o controle de variação diafásica — que se busca alcançar a partir de diferentes tipos de registros que envolvem respostas a perguntas sistematicamente feitas pelo inquiridor e elocuições descontraídas obtidas com a narração de relatos de sua experiência de vida —, e a coleta de dados relativa à variação diarreferencial, buscada com a aplicação de perguntas que visam

³³ “Les premiers représentants d’un atlas linguistique systématiquement pluridimensionnel son l’Atlas Linguistique de Sergipe [...] le microatlas aranien contenu dans la monographie de Otto Wilkelmann (1989) et l’Atlas Lingüístico do Paraná.”

a apurar a posição do informante sobre o modo de falar local, o seu conhecimento da realidade lingüística do mundo em que se insere.

A Geolingüística no Brasil, assim e hoje em dia, vem procurando agregar à preocupação diatópica a busca de dados de natureza sociolingüística que permitirão uma « fotografia » mais completa da realidade do português brasileiro.

PARA CONCLUIR

Um aspecto, porém, é preciso enfatizar: a Geolingüística assume outros parâmetros que não o diatópico ao tomar em consideração variáveis sociais, mas permanece diatópica, como afirmam Contini e Tuillon (1996, p. 7): “A dialectologia tem por finalidade essencial estudar a variação geolingüística”.³⁴ E nisso está a sua “identidade”, a definição do seu campo, a afirmação dos seus objetivos próprios. E me permito, para concluir, retomar o que afirmei (CARDOSO, 2000a, p. 415) na mesa redonda “Atlas linguistiques et variabilité” (Bruxelas, 1998):

Creio que a Geolingüística hoje, neste final de milênio, deve continuar a priorizar a variação diatópica, abrindo, porém, espaço para o controle de outras variáveis como gênero, idade e escolaridade, sem a busca obcecante da quantificação, mas tomando-as, de forma exemplificativa e não exaustiva, de modo a complementar os próprios dados areais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUILERA, Vanderci de Andrade. *Atlas Lingüístico do Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado, 1994. 2 v.
- ALINEI, Mario. L’*Atlas Linguarum Europae*: risultati, struttura, storia, prospettivi. In: MOUTON, Pilar García (Ed.). *Geolingüística. Trabajos europeos*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1994. p. 1-39.
- ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de; MENEZES, Cleuza Bezerra de. *Atlas Lingüístico da Paraíba*. Brasília: UFPB;CNPq, Coordenação Editorial, 1984.
- Atlas Lingüístico Diatópico y Diastrático del Uruguay (ADDU)*. Dirigido por THUN, Harald; ELIZAINCÍN, Adolfo. Fasc. A.1. Kiel: Westensee, 2000.
- CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. Que dimensões outras, que não a diatópica, interessam aos atlas lingüísticos? In: CONGRÈS INTERNATIONAL DE LINGUISTIQUE ET PHILOGIE ROMANES, 22., 1998, Bruxelas. *Actes...* Tübingen: Niemeyer, 2000a. v. 3, p. 411-416.

³⁴ “Le dialectologie a pour tache essentielle d’étudier la variation géolinguistique.”

- CARDOSO, Suzana Alice Marcelino; MOTA, Jacyra Andrade; AGUILERA, Vanderci; KOCK, Walter; ARAGÃO, Maria do Socorro; ZÁGARI, Mário. *Projeto Atlas Lingüístico do Brasil (Projeto ALiB)*. Responsabilidade do Comitê Nacional do Projeto ALiB. Salvador; Instituto de Letras/Universidade Federal da Bahia, 1997, 1998, 1999, 2001, 2002.
- CARDOSO, Suzana Alice Marcelino da Silva. *Atlas Lingüístico de Sergipe II*. 2. v. Tese (doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Faculdade de Letras, 2002. Rio de Janeiro, 2002.
- CHAMBERS, J. K.; TRUDGILL, Peter. *La dialectología*. Madrid: Visor Libros, 1994.
- CONTINI, Michel. Un projet européen de géolinguistique: l'*Atlas Linguistique Roman*. In: MOUTON, Pilar García (Ed). *Geolingüística. Trabajos europeos*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1994. p. 97-110.
- CONTINI, Michel; TUAILLON, Gaston. Introduction. In: *Atlas Linguistique Roman (ALiR). Volume I. Présentation*. Roma: Istituto Poligrafico e Zecca dello Stato, 1996. p. 1-18.
- COSERIU, Eugenio. La geografía lingüística. *Cuadernos del Instituto Lingüístico Latinoamericano*, Montevideo, n. 11, 1965.
- COSERIU, Eugenio. *Sentido y tareas de la dialectología*. México: ALFAL, 1982.
- FERREIRA, Carlota; FREITAS, Judith; MOTA, Jacyra; ANDRADE, Nadja; CARDOSO, Suzana; ROLLEMBERG, Vera; ROSSI, Nelson. *Atlas Lingüístico de Sergipe*. Salvador: Universidade Federal da Bahia; Fundação Estadual de Cultura de Sergipe, 1987.
- GILLIÉRON, Jules; EDMONT, Edmond. *Atlas Linguistique de la France*. 35 fasc. Paris: Honoré Champion, 1902-1910.
- LABOV, William. *Modelos sociolingüísticos*. Trad. de José Miguel Marinas Herreras. Madrid: Cátedra, 1983.
- LABOV, William. *Principles of linguistic change*. Oxford; Cambridge: Blackwell, 1994.
- POP, Sever. *La dialectologie. Aperçu historique et méthodes d'enquêtes linguistiques*, v. 1 e 2. Louvain: Chez l'Auteur; Gembloux, Duculot, 1950.
- RIBEIRO, José; ZÁGARI, Mário Roberto Lobuglio; PASSINI, José; GAIO, Antônio Pereira. *Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura; Casa de Rui Barbosa; Universidade Federal de Juiz de Fora, 1977.
- ROSSI, Nelson. A Dialectologia. *ALFA*, Marília, n. 11, p. 89-116, 1967.
- ROSSI, Nelson. Sobre africadas no Brasil. In.: EL SIMPÓSIO DE MÉXICO. *Actas, informes y comunicaciones*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1969. p. 207-221. ROSSI Nelson. Variação diatópica e sociolingüística. In: CONGRESSO NACIONAL DE SÓCIO-ETNOLINGÜÍSTICA, 2, 1980, Niterói. *Anais...* Niterói: UFF, 1984. p. 101-114.
- ROSSI, Nelson; FERREIRA, Carlota; ISENSEE, Dinah. *Atlas Prévio dos Falares Baianos*. Rio de Janeiro:Ministério de Educação e Cultura; Instituto Nacional do Livro, 1963.
- THUN, Harald. La géographie linguistique romane à la fin du XXe. siècle. In: CONGRÈS INTERNATIONAL DE LINGUISTIQUE ET DE PHILOGIE ROMANES, 22. 1998, Bruxelas. *Actes...*, v. 3. *Vivacité et diversité de la variation linguistique*. Tübingen: Niemeyer, 2000a. p. 367-388.

- THUN, Harald. Introduction à la table ronde. In: CONGRÈS INTERNATIONAL DE LINGUISTIQUE ET DE PHILOGIE ROMANES, 22, 1998, Bruxelles. *Actes...*, v. 3. *Vivacité et diversité de la variation linguistique*. Tübingen: Niemeyer, 2000b. p. 407-409.
- THUN, Harald. Movilidad demográfica y dimensión topodinámica. Los montevidianos en Rivera. In: RADTKE, Edgar; THUN, Harald (Hesg.). *Neue Wege der Romanischen Geolinguistik: Akten des Symposiums zur Empirischen Dialektologie*. Kiel: Westensee, 1996. p. 210-269.
- THUN, Harald; FORTE, Carlos; ELIZAINCÍN, Adolfo. El Atlas Lingüístico Diatópico y Diastrático del Uruguay (ADDU). Presentación de un proyecto. *Iberoromania*, n. 30, p. 26-62, 1989.